

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 21 de junho de 2024 • N° 1828 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

IBGE

Brasil tinha 9,4 milhões de empresas em 2022

O país tinha 9,4 milhões de empresas e outras organizações formais ativas em 2022, as quais ocuparam, em 31 de dezembro, 63 milhões de pessoas, sendo 50,2 milhões (80%) como pessoal ocupado assalariado e 12,5 milhões (20%) na condição de sócios e proprietários. Os salários e outras remunerações pagos totalizaram R\$ 2,3 trilhões. O salário médio mensal foi R\$ 3.542,19, equivalente a 2,9 salários mínimos. Os dados constam das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2022 divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse ano, havia 2,9 milhões de empresas e outras organizações com pessoas assalariadas, o que representa 30,4% do total de empresas e outras organizações. Já as empresas sem pessoas assalariadas representavam 69,6% (6,6 mi). Essas empresas sem assalariados ocupavam 13,5% do pessoal ocupado total (8,4 mi), todos sócios e proprietários, o que corresponde a 67,4% desse grupo. **PÁGINA 2**

REVISÃO DE GASTOS

Governo fala em economia de até R\$ 30 bi em 2025

O governo calcula que o pente-fino em cadastros de programas sociais, um dos focos da agenda de revisão de gastos, pode render uma economia em torno de R\$ 20 bilhões em 2025. Integrantes da área política chegam a citar nos bastidores uma cifra de até R\$ 30 bilhões, em um cenário mais otimista, conforme apurou Estadão/Broadcast. O objetivo é fazer uma "varredura" em todos os benefícios para que aqueles que não têm direito aos recursos deixem de recebê-los. Os gastos com benefícios como seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC), um tipo de aposentadoria voltada a idosos ou pessoas com deficiência muito pobres, estão no radar da equipe econômica. Este último, por exemplo, gerou um alerta entre técnicos, já que as despesas cresceram 17,6%, já descontada a inflação, no primeiro trimestre de 2024, na comparação com o mesmo período de 2023. **PÁGINA 2**

TÍTULOS

Tesouro confirma captação de US\$ 2 bilhões em bonds

O Tesouro informou ontem, que captou US\$ 2 bilhões em bonds com compromissos ambientais e sociais, com vencimento em 22 de janeiro de 2032. Os bonds foram colocados oferecendo ao investidor uma taxa de retorno de 6,375%, como antecipou o Broadcast. O título sustentável tem cupom semestral de juros de 6,125% a.a., cujo primeiro pagamento será realizado em 22 de janeiro de 2025. De acordo com o órgão,

o spread da operação ficou em 212.80 pontos-base acima da Treasury (título do tesouro norte-americano) de referência. A emissão foi realizada ao preço de 98,510% do seu valor de face. A emissão, segundo o Tesouro, atraiu interesse significativo de investidores, com um ápice de 219 ordens no livro de ofertas. A demanda superou largamente o volume emitido, com o livro de ordens em cerca de US\$ 4,7 bilhões. **PÁGINA 3**

AMAPÁ

AGÊNCIA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputada cassada utilizou dinheiro público para 'embelezamento'

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) cassou, por unanimidade, o mandato da deputada federal Sílvia Waiãpi (PL-AP) (**foto**) por uso de verba pública de campanha eleitoral para procedimento estético durante as eleições de 2022. Na sessão plenária, os desembargadores e juízes citaram "provas robustas", rejeitaram a prestação de contas da parlamentar e acataram solicitação do Ministério Público Eleitoral (MPE), que pedia a cassação. De acordo com a ação, a deputada usou verba pública destinada à campanha eleitoral para realizar uma harmonização em 2022, quando foi eleita para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. **PÁGINA 5**

STF

Toffoli abre divergência e decisão sobre porte de maconha é adiada



O Supremo Tribunal Federal (STF) segue a um voto de reconhecer que o porte de maconha para consumo próprio não é crime. Os ministros também debatem critérios objetivos para diferenciar usuários e traficantes. O julgamento será retomado na próxima terça-feira. Por isso, cinco ministros consideram que esse não é um delito criminal, mas um ilícito administrativo. Votaram a favor da descriminalização os ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes. O ministro Dias Toffoli (**foto**) foi o único a se manifestar ontem, e abriu uma divergência parcial. **PÁGINA 5**

CONCESSÕES

MME define regras mais rígidas para distribuidoras

O Ministério de Minas e Energia anunciou ontem que irá publicar decreto com regras mais rígidas para os contratos com distribuidoras de energia. O texto deve ser publicado hoje no Diário Oficial da União. O documento trará 17 diretrizes, que deverão ser cumpridas nos novos contratos. Para os contratos vigentes, as distribuidoras têm opção de se adequar ou não às novas regras para renovação da concessão. Entre as regras, estão metas obrigatórias para retomada de serviços em caso de eventos climáticos extremos, ou seja, evitar que os consumidores fiquem sem luz por longas horas em razão de chuvas, vendavais e quedas de árvores nas redes; a satisfação do consumidor será um dos critérios de avaliação. **PÁGINA 3**

INDICADORES

| IBOVESPA: 0,15% / 120.445,91 / 184,57 / Volume: R\$ 21.211.967.312 / Negócios: 4.377.231 | | | | | | Bolsas no mundo | | Salário mínimo | | IGP-M | | EURO turismo | | | | | | | |
|--|--------|--------|----------------|-------------------|--------|-----------------|-------|---------------------|------------|-------|-------|------------------|------------|-------|-----------------|--------|--------|--------|--------|
| Majores Altas | | | Majores Baixas | | | Mais Negociadas | | | Fechamento | | Ufir | | IPCA | | Dólar comercial | | | | |
| Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | | % | | % | Compra | Venda | Compra | Venda | | | |
| PETRORECSA ON NM | 18.800 | +4,85 | +0,870 | AZUL PN N2 | 7,73 | -4,09 | -0,33 | PETROBRAS PN EDJ N2 | 36,50 | +1,59 | +0,57 | NASDAQ Composite | 17.721,587 | -0,79 | 10,50% | 10,40% | 5,8960 | 6,0760 | |
| SAO MARTINHOON NM | 32,88 | +3,53 | +1,12 | MRV ON NM | 6,57 | -4,23 | -0,29 | VALE ON NM | 61,40 | +0,90 | +0,55 | CAC 40 | 7.671,34 | +1,34 | | | 5,4254 | -0,72% | |
| USIMINAS PNA N1 | 7,61 | +3,68 | +0,27 | MAGAZ LUIZA ON NM | 10,67 | -3,70 | -0,41 | ITAUUNIBANCOPN N1 | 31,91 | -0,68 | -0,22 | FTSE 100 | 8.272,46 | +0,82 | 0,0921% | | 5,4616 | 5,4622 | |
| CCR SA ON NM | 11,92 | +2,49 | +0,29 | HYPERA ON NM | 28,79 | -2,11 | -0,62 | BRADESCO PN EJ N1 | 12,41 | -0,24 | -0,03 | DAX | 18.254,18 | +1,03 | | | 415,92 | | |
| MARFRIG ON NM | 11,13 | +2,30 | +0,25 | EMBRAER ON NM | 36,35 | -2,31 | -0,86 | BRASIL ON EDJ NM | 26,39 | +0,46 | +0,12 | Ftse Mib | 33.675,15 | +1,37 | 0,5926% | 5,8472 | 5,8466 | 5,4802 | 5,6602 |

MERCADOS

Bolsa sobe 0,15%, aos 120,4 mil pontos, após decisão do Copom

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

O câmbio seguiu pressionado, com o dólar à vista perto de R\$ 5,47 na máxima de ontem, pós-Copom, e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não encontrou força para estender a recuperação além dos 120 mil pontos, mesmo com a decisão unânime do Comitê de Política Monetária pela manutenção da Selic a 10,50% ao ano, sem o dissenso da reunião anterior.

Ao fim, mostrava leve ganho de 0,15%, aos 120.445,91 pontos, conseguindo testar a casa dos 121 mil na máxima de ontem, a 121.606,64 - nível que não era visto no intradía desde quarta-feira passada. O giro de ontem ficou em R\$ 21,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) sobe 0,65%, ainda cedendo 1,35% no mês e 10,24% no ano.

Em Nova York, após o feriado de quarta, os rendimentos dos Treasuries avançaram em bloco na retomada dos negócios, e os índices de ações - exceção para o Dow Jones, em alta de 0,77% no fechamento - acomodaram-se após sucessivas renovações de máximas históricas para S&P 500 (nesta quinta - 0,25%) e Nasdaq (-0,79%).

Na Bolsa, o dia foi negativo para as ações cíclicas e de empresas com sensibilidade a juros, como as de varejo (Magazine Luiza -3,70%) e de construção (MRV -4,23%, na ponta perdedora do Ibovespa na sessão), após o Copom ter sinalizado interrupção ou mesmo,

na avaliação de parte dos observadores, o fim do ciclo de cortes da Selic. Além de MRV e Magazine Luiza, destaque para Azul (-4,09%), Embraer (-2,31%) e Hypera (-2,11%). No lado oposto, PetroReconcavo (+4,85%), Usiminas (+3,68%), São Martinho (+3,53%) e CCR (+2,49%).

Entre os papéis de maior peso no índice, o desempenho refletiu a composição entre ganhos para as grandes ações de commodities - Petrobras (ON +2,02%, PN +1,59%) e Vale (ON +0,90%) - e perdas, ainda que moderadas, para as das maiores instituições financeiras, à exceção de Banco do Brasil (ON +0,46%) e Bradesco ON (+0,27%).

DÓLAR

Após ensaiar uma queda pela manhã, sob o impacto da decisão da quarta-feira à noite do Comitê de Política Monetária (Copom), o dólar ganhou força ao longo da tarde de ontem.

Com mínima a R\$ 5,3872 e máxima a R\$ 5,4696, o dólar à vista fechou em alta de 0,37%, cotado a R\$ 5,4619 - maior valor de fechamento no governo Lula 3 e desde 22 de julho de 2022 (R\$ 5,4988).

Foi o quinto pregão consecutivo de valorização da divisa, que já acumula ganhos de 1,48% na semana e de 4,02% no mês. No ano, o dólar sobe 12,54%. O real apresenta em 2024 o pior desempenho entre as principais moedas globais, seguido pelo peso argentino e a lira turca.

REVISÃO

Governo prevê economia de até R\$ 30 bi em 2025

SOFIA AGUIAR/AE

O governo calcula que o pente-fino em cadastros de programas sociais, um dos focos da agenda de revisão de gastos, pode render uma economia em torno de R\$ 20 bilhões em 2025. Integrantes da área política chegam a citar nos bastidores uma cifra de até R\$ 30 bilhões, em um cenário mais otimista, conforme apurou Estadão/Broadcast. O objetivo é fazer uma "varredura" em todos os benefícios para que aqueles que não têm direito aos recursos deixem de recebê-los.

Os gastos com benefícios como seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC), um tipo de aposentadoria voltada a idosos ou pessoas com deficiência muito pobres, estão no radar da equipe econômica. Este último, por exemplo, gerou um alerta entre técnicos, já que as despesas cresceram 17,6%, já descontada a inflação, no primeiro quadrimestre de 2024, na comparação com o mesmo período de 2023. O Grupo de Trabalho (GT) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), criado no ano passado para otimizar os custos com a Previdência, tem atuado em duas frentes para otimizar as despesas com BPC.

Uma é a revisão bienal já prevista em lei, que busca reavaliar as condições que geraram o direito ao benefício aos contribuintes, e a outra é uma mudança no fluxo de cobrança, ou seja,

uma forma de facilitar a cobrança nas situações em que há pagamento indevido. A gestão, a regulação e a previsão orçamentária do benefício, no entanto, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A revisão dos cadastros do programa Bolsa Família, principal vitrine do governo, também está no foco do Executivo. Em nota, o ministro do MDS, Wellington Dias, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou a pasta a dar continuidade nos trabalhos de fiscalização de fraudes em beneficiários do programa social.

Na quarta-feira passada, Lula se reuniu com ministros da equipe econômica para tratar sobre o aumento dos mecanismos de controle e combate à fraude em benefícios. No encontro, além de Haddad e Dias, estiveram os ministros do Planejamento, Simone Tebet, da Gestão, Esther Dweck, e da Previdência, Carlos Lupi, além do Secretário Especial de Análise Governamental da Casa Civil, Bruno Moretti.

A Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão compõem a Junta de Execução Orçamentária (JEO), que avalia um panorama em relação ao cenário das despesas. Na última segunda-feira, 17, integrantes da JEO se reuniram com Lula para apresentar o cenário de evolução das receitas e despesas, além dos principais gastos com programas do governo.

IBGE

Brasil tinha 9,4 milhões de empresas em 2022

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O país tinha 9,4 milhões de empresas e outras organizações formais ativas em 2022, as quais ocuparam, em 31 de dezembro, 63 milhões de pessoas, sendo 50,2 milhões (80%) como pessoal ocupado assalariado e 12,5 milhões (20%) na condição de sócios e proprietários. Os salários e outras remunerações pagas totalizaram R\$ 2,3 trilhões. O salário médio mensal foi R\$ 3.542,19, equivalente a 2,9 salários mínimos.

Os dados constam das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2022 divulgadas nesta quinta-feira (20) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse ano, havia 2,9 milhões de empresas e outras organizações com pessoas assalariadas, o que representa 30,4% do total de empresas e outras organizações. Já as empresas sem pessoas assalariadas representavam 69,6% (6,6 milhões). Essas empresas sem assalariados ocupavam 13,5% do pessoal ocupa-

do total (8,4 milhões), todos sócios e proprietários, o que corresponde a 67,4% desse grupo. Elas pagaram 0,4% dos salários e outras remunerações (R\$ 8,6 bilhões), o que corresponde a R\$ 2.454,36 de salário médio mensal e dois salários mínimos.

Por outro lado, as empresas com assalariados ocupavam 86,5% do pessoal ocupado total (54,3 milhões) e 32,6% dos sócios e proprietários (4,1 milhões). Além disso, pagaram 99,6% dos salários e outras remunerações (R\$ 2,3 trilhões), atingindo média mensal pouco acima da média global, R\$ 3.548,12, e 2,9 salários mínimos.

A seção comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas registrou as maiores participações em três das quatro variáveis analisadas: número de empresas e outras organizações (29,1%), pessoal ocupado assalariado (19,0%), enquanto, em salários e outras remunerações ficou na terceira colocação (13%).

A seção indústrias de transformação ocupou a segunda co-

locação em pessoal ocupado total (14%), salários e outras remunerações (16,4%) e pessoal assalariado (15,8%). Já o grupo administração pública, defesa e seguridade social ficou em terceiro lugar em pessoal assalariado (15,7%) e foi a primeira em salários e outras remunerações (23,3%). A seção atividades administrativas e serviços complementares ficou na segunda posição em número de empresas (9,8%) e na quarta posição em pessoal ocupado total (9,7%) e pessoal ocupado assalariado (10,4%).

Em 2022, observa-se que 54,7% do pessoal ocupado assalariado eram formados por homens e 45,3% por mulheres, sendo que eles absorveram 58,5% dos salários e outras remunerações, enquanto elas, 41,5%. Em termos salariais, portanto, os homens receberam salário médio mensal superior ao das mulheres: enquanto eles tiveram R\$ 3.791,58, elas receberam R\$ 3.241,18, o que significa que eles receberam salário 17% maior.

Em análise por escolaridade, 76,6% do pessoal ocupado assa-

lariado não tinham nível superior e 23,4%, sim. O pessoal ocupado assalariado sem nível superior recebeu R\$ 2.441,16 e o com ensino superior, R\$ 7.094,17, aproximadamente três vezes mais.

Apenas duas atividades apresentaram maior participação de pessoas com nível superior: educação (64,3%) e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (60,6%). administração pública, defesa e seguridade social (47,4%) completam o ranking dos três setores que mais ocupam pessoas com nível superior.

Para os ocupados sem nível superior, os setores que mais ocupam são alojamento e alimentação (96,1%), agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura (94,1%) e construção (92,6%).

Devido a mudanças metodológicas relacionadas às fontes de informações, a divulgação de 2022 do CEMPRE traz quebra na série histórica iniciada em 2007 e encerrada em 2021. Ou seja, os resultados de 2022 não são comparáveis aos anos anteriores.

PIS/COFINS

Exclusão do ICMS-ST da base de cálculo tem efeitos a partir de 2017

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça definiu que a decisão que excluiu o ICMS-ST (substituição tributária) da base de cálculo do PIS e da Cofins, em dezembro do ano passado, tem efeitos a partir de 15 de março de 2017, data em que o Supremo Tribunal Federal

(STF) julgou a "tese do século".

A decisão, unânime, atende a um recurso do contribuinte e abre espaço para empresas pedirem a restituição de tributos pagos no passado. O STJ mudou entendimento anterior, segundo o qual a exclusão do ICMS-ST da base do PIS/Cofins teria efeitos a partir de dezembro de 2023.

A discussão deriva da "tese do século", de 2017, quando o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins e deu um revés bilionário à União. No ano passado, o STJ estendeu esse entendimento ao ICMS-ST, determinando que o contribuinte substituído, que não é o responsável pelo recolhimento do

tributo, também pode excluir o ICMS.

A substituição tributária ocorre quando o primeiro agente da cadeia produtiva, em geral a indústria ou o distribuidor, recolhe de forma antecipada todo o tributo que recairia aos demais contribuintes. Este primeiro agente é o substituto, e os demais são os substituídos.

CNDL

Volume de brasileiros que quitaram dívidas cresce 4,16% em 12 meses

WILLIAN OLIVEIRA/AE

Nos 12 meses encerrados em maio de 2024, houve crescimento de 4,16% no número de consumidores que conseguiram sair das listas de negativados. A comparação é com os 12 meses

anteriores. As informações são da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

A análise se concentrou no aumento da recuperação de consumidores que levaram de

um a três anos (28,48%) para efetuarem o pagamento de todas suas dívidas. Quando observada a faixa etária, o número de consumidores recuperados com participação mais expressiva no Brasil em maio foi os de 50 a 64 anos (24,03%).

Em maio de 2024, o consumidor que estava negativado, pagou em média, R\$ 2.030,56 na soma de todas as dívidas que tinha. Os dados ainda mostram que 60,42% pagaram até R\$ 500 nas dívidas que possuíam.

84% dos consumidores que atrasaram contas em maio são reincidentes, mostra pesquisa

WILLIAN OLIVEIRA/AE

Do total de negativados no Brasil no mês de maio, 84,82% foram de devedores reincidentes, ou seja, que já tinham aparecido no cadastro de inadimplentes nos últimos 12 meses. Os dados são da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do

Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

Dentro deste universo, 60,96% foram de consumidores que ainda não tinham quitado dívidas antigas até maio e 23,86% tinham saído do cadastro de devedores nos últimos 12 meses, mas retornaram. Os outros 15,18%, não tinham registro de restrições no CPF ao longo

dos últimos 12 meses e, por isso, não foram considerados reincidentes.

Os dados do indicador mostram que, nos últimos 12 meses encerrados em maio, houve uma queda de 11,91% no número de devedores reincidentes. As informações apontam ainda que o tempo médio entre o vencimento de uma dívida para ou-

tra é de 76,1 dias, isso significa que depois de 2,5 meses (em média) de ficar inadimplente, o consumidor volta a atrasar o pagamento de uma segunda conta.

A faixa etária de 30 a 39 anos é a que tem a maior taxa de devedores reincidentes (26,17%). Quando a análise é feita por gênero, 53,52% desses são mulheres e 46,48%, homens.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE

TÍTULOS

Tesouro confirma captação de US\$ 2 bilhões em bonds

GIORDANNA NEVES/AE

O Tesouro informou ontem, que captou US\$ 2 bilhões em bonds com compromissos ambientais e sociais, com vencimento em 22 de janeiro de 2032.

Os bonds foram colocados oferecendo ao investidor uma taxa de retorno de 6,375%, como antecipou o Broadcast. O título sustentável tem cupom semestral de juros de 6,125% a.a., cujo primeiro pagamento será realizado em 22 de janeiro de 2025.

De acordo com o órgão, o spread da operação ficou em 212.80 pontos-base acima da Treasury (título do tesouro norte-americano) de referência. A emissão foi realizada ao preço de 98,510% do seu valor de face.

A emissão, segundo o Te-

souro, atraiu interesse significativo de investidores, com um ápice de 219 ordens no livro de ofertas. A demanda superou largamente o volume emitido, com o livro de ordens em cerca de US\$ 4,7 bilhões. A alocação final contou com ampla participação de investidores não residentes, sendo cerca de 77% oriundos da Europa e da América do Norte. A América Latina, incluindo o Brasil, respondeu por 14%.

Esta é a segunda captação feita pelo governo brasileiro no exterior com bonds sustentáveis. A primeira aconteceu em novembro do ano passado, quando o Tesouro também levantou US\$ 2 bilhões desses bonds com vencimento em 2031. Na ocasião, o retorno ao investidor foi de 6,45%.

De acordo com o Tesouro, a nova emissão reforça o importante papel da dívida externa para o alongamento do prazo médio da dívida, diversificação e ampliação da base de investidores. "Adicionalmente, corrobora o papel da Dívida Pública Federal externa no estabelecimento de benchmarks líquidos e na curva de juros soberana, como referência para futuras emissões de empresas brasileiras no exterior, em particular para prazos em torno de 7 anos, horizonte em que se concentram as captações de recursos por companhias privadas", diz em nota.

O órgão informou ainda que a alocação dos recursos após a emissão será dividida em áreas ambientais e sociais, como antecipou o Broadcast (sistema de

notícias em tempo real do Grupo Estado). De acordo com o intervalo indicativo, para ambiental, haverá um limite inferior de 50% e superior de 60%. Já para o social, o limite inferior será de 40% e o superior de 50%.

"Ao dar continuidade nas emissões de títulos públicos sustentáveis, a gestão da Dívida Pública Federal reforça o compromisso da República de assegurar a sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que implementa políticas e iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida da população e promover a inclusão social", reitera o Tesouro.

A emissão foi coordenada pelos bancos Bank of America, Goldman Sachs e HSBC. A liquidação financeira ocorrerá em 27 de junho de 2024.

2024/2025

Plano Safra deve superar R\$ 500 bi para agricultura familiar

ISADORA DUARTE/AE

O Plano Safra 2024/25 deve superar R\$ 500 bilhões em recursos disponíveis para financiamentos da agricultura familiar e empresarial, segundo prioridades a par das negociações. O montante já havia sido antecipado pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e agora está sendo fechado pelo Ministério da Fazenda.

"Está bem encaminhado algo em torno e acima de R\$ 500 bilhões", relatou uma pessoa que acompanha as tratativas.

O volume, se confirmado, será maior que os R\$ 435,8 bilhões disponibilizados para todos os produtores (pequenos, médios e grandes) na safra atual 2023/24.

Ao setor produtivo, o Executivo sinalizou que o Plano Safra pode ficar próximo dos R\$ 570 bilhões, pedidos pelas entidades do agronegócio.

Os acenos foram feitos a parlamentares e representantes do setor produtivo em reunião com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Carlos Fávaro e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), nesta semana com a participação das equipes técnicas. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) sugeriu ao governo oferta de R\$ 470 bilhões para médios e grandes produtores e de R\$ 100 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

As demandas dos ministérios envolvidos para os financia-

mentos superam R\$ 532 bilhões.

O pedido do Ministério da Agricultura é por R\$ 452,3 bilhões para crédito para médios e grandes produtores na safra 2024/25, enquanto o pleito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) é de R\$ 80 bilhões para agricultura familiar e pequenos produtores.

O lançamento do Plano Safra para agricultura familiar será na próxima terça-feira, 25, no Palácio do Planalto, enquanto o anúncio para a agricultura empresarial está previsto para a próxima quarta-feira, 26, em Rondonópolis (MT).

Já a subvenção, contudo, deve ficar em volume abaixo dos R\$ 21,5 bilhões estimados pelo setor produtivo. Os cálculos do custo de equalização por linhas de financiamento, para agricultura empresarial e familiar, ainda estão sendo fechados pelo Tesouro. Somente para a agricultura empresarial, estima-se necessidade de R\$ 10 bilhões em subvenção das taxas de juros. Em relação aos juros do Plano Safra 2024/25, a equipe econômica não detalhou ao setor as taxas a serem aplicadas, mas assegurou que haverá redução do nível geral dos juros em comparação com o adotado no Plano Safra 2023/24.

De acordo com interlocutores, a ideia, ainda em estudo, é que os juros do Plano Safra 2024/25 voltem, de forma geral, abaixo de dois dígitos ou, no limite, até 10,5% ao ano, como a taxa básica de juros, a Selic.

CONCESSÕES

Governo define regras mais rígidas para distribuidoras de energia

O Ministério de Minas e Energia anunciou ontem que irá publicar decreto com regras mais rígidas para os contratos com distribuidoras de energia. O texto deve ser publicado hoje no Diário Oficial da União.

O documento trará 17 diretrizes, que deverão ser cumpridas nos novos contratos. Para os contratos vigentes, as distribuidoras têm opção de se adequar ou não às novas regras para renovação da concessão.

Entre as regras, estão metas obrigatórias para retomada de serviços em caso de eventos climáticos extremos, ou seja, evitar que os consumidores fiquem sem luz por longas horas em razão de chuvas, vendavais e quedas de árvores nas redes; a satisfação do consumidor será um dos critérios de avaliação da distribuidora.

Em caso de descumprimento de alguma norma ou falhas na prestação do serviço, haverá li-

mitação na distribuição de dividendos aos acionistas da companhia e o processo de punição à empresa será mais ágil.

"É a oportunidade de efetivamente melhorar a energia entregue nas casas, nos comércios, no meio rural. São 56 milhões de unidades consumidoras impactadas. Os novos contratos serão mais modernos e as empresas deverão garantir a capacidade real de prestar o serviço. A qualidade será medida efetivamente

pelo serviço prestado ao consumidor. Desligamentos demorados e longas esperas nos call centers não são mais tolerados pela população", explicou o ministro Alexandre Silveira, em entrevista à imprensa.

Com as novas normas, o governo federal quer evitar casos, como o da Enel, que deixou milhares de moradores de São Paulo sem energia por dias após fortes chuvas na região metropolitana.

Limitação de JCP continua na versão final do decreto com diretrizes para concessões

RENAN MONTEIRO E VICTOR OHANA/AE

O ministério de Minas e Energia confirmou que a versão final do decreto com diretrizes para a renovação das concessões de energia terá a previsão de limitar a remuneração de juros sobre capital próprio (JCP).

Anteriormente, o ministro Alexandre Silveira havia informado que esse ponto havia sido retirado.

O artigo 4º da minuta do documento, que foi encaminhada à Casa Civil há cerca de um mês, aponta para a possibilidade de a Aneel, no caso de descumprimento de indicadores de quali-

dade técnica, comercial e econômico-financeiros, estabelecer limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, respeitando os limites mínimos legais.

O texto deve ser publicado amanhã no Diário Oficial. Silveira avalia que muitas empresas estariam distribuindo esse tipo de remuneração acima do limite legal para os acionistas, mesmo com índices inadequados na prestação de serviços. Ou seja, em detrimento de investimentos na melhoria dos serviços.

"Os serviços vão diminuindo e mesmo assim vão distribuir dividendos muito acima do que determina a lei, porque não tem uma

diretriz, e o contrato fica insustentável", citou Silveira, em coletiva. "Seria inconcebível alguém com a saúde financeira comprometida ter o direito de distribuir dividendos acima do mínimo legal", disse.

A limitação ao mínimo legal (25% do lucro líquido ajustado) funcionará como uma penalidade pelo descumprimento de requisitos de saúde financeira e qualidade no serviço.

EXTINÇÃO DO CONTRATO

A caducidade é a última alternativa porque é considerada onerosa para a União, além de nunca ter sido testada no Brasil - algo que o ministro lembra com recorrência. Se ocorrer, as con-

cessionárias devem ser indenizadas, especialmente pelo dispêndio com os chamados bens reversíveis (equipamentos ou componentes necessários para execução do serviço).

Também pela minuta do decreto, ficará caracterizado o "descumprimento da prestação do serviço adequado" quando as empresas, por três anos consecutivos, estiverem seguidamente fora dos critérios de continuidade na frequência e duração na prestação dos serviços. Da mesma forma, quando as empresas não atenderem os critérios de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos.

Silveira diz que Empresas distribuem dividendos acima do limite mesmo com serviço inadequado

VICTOR OHANA E RENAN MONTEIRO/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que quer evitar, por meio de uma diretriz a ser lançada hoje, situações em que empresas de energia distribuam dividendos acima do limite, mesmo sem cumprir critérios de serviço. As declarações ocorreram em entrevista à imprensa sobre um decreto de 17 diretrizes para a renovação de contrato de concessões de energia.

Uma das diretrizes é limitar dividendos quando não houver saúde financeira ou quando o serviço não for executado com o mínimo de qualidade. "Empresas distribuem dividendos acima do limite, mesmo com serviço inadequado", declarou. Segundo ele, o Estado poderá aplicar multas regulatórias

ou mesmo uma sanção de limite à distribuição de dividendos ao mínimo legal. O ministro disse que a ideia é encontrar um "equilíbrio" e que a regra é "coerente".

"O serviço vai diminuindo, apertando a terceirização, e mesmo assim vão distribuindo dividendos muito acima do que prevê a lei e vai ficando insustentável", exemplificou o ministro. "O poder público assume o problema, e quem tem que desembolsar é a União", acrescentou.

Silveira afirmou que a regra de limitar dividendos ao mínimo legal "é muito coerente" e que, com a possibilidade de renovação, o governo prevê chegar a R\$ 115 bilhões em investimentos. A mudança, frisou ele, é "infralegal", por meio de um decreto que prevê 17 diretrizes para a renovação de contratos de distribuidoras pres-

tes a vencer e que não foram contempladas no processo renovatório de 2015. As primeiras devem ser a EDP, do Espírito Santo, e a Enel e a Light, do Rio de Janeiro, até o ano de 2026.

As outras diretrizes preveem o índice de satisfação do consumidor, o nível de qualidade de entrega, a igualdade do nível de qualidade para diferentes bairros, a comprovação de saúde financeira da empresa, a limitação do pagamento de dividendos aos acionistas em caso de descumprimento de obrigações, os planos de investimento em base anual, os critérios de descumprimento que poderão levar a extinção do contrato e as melhorias dos canais de atendimento.

ENEL

Silveira afirmou que o presi-

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2023

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 40/2023 no dia 02/07/2024 às 11h00min. - Objeto: Sondas de Trato urinário e Tampa Protetora, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Processo nº 33433.113985/2023-04. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

IMPÉRIO SOCIEDADE COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA. CNPJ/MF 28.775.179/0001-78 - NIRE 33.2.0033624-7

Edital de Convocação de Reunião de Sócios.

Convocamos os sócios da sociedade denominada Império Sociedade Comercial de Bebidas Ltda. para se reunirem no dia 1º de julho de 2024, às 10:30h (dez horas e trinta minutos), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, através de link que será encaminhado por e-mail para todos os sócios, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022. Os balanços patrimonial e de resultado econômico relativos aos aludidos exercícios sociais estão à disposição dos sócios na sede da sociedade desde dezembro de 2023, bem como já foram disponibilizados por meio digital, através de link do OneDrive indicado em e-mail enviado a todos os sócios em 29.12.2023. Os representantes legais ou procuradores dos sócios, quando for o caso, deverão apresentar documentação hábil comprovando sua situação. Duque de Caxias, 20 de junho de 2024.

Bento Leite de Oliveira Dias - Celestino de Bastos Martins

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.065/2024

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.065/2024 no dia 03/07/2024 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (ALPROSTADIL (PROSTAGLANDINA E1) 500 MCG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML, SIMETICONA 40 MG COMPRIMIDO, SOLUÇÃO DE AMINOÁCIDOS 100 MG/ML PEDIÁTRICO INJETÁVEL, FRASCO 100 ML) Processo nº. 33409.001567/2024-45. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.039/2024

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.039/2024 no dia 03/07/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares para Paramentação Cirúrgica (AVENTAL/CAPOTE CIRÚRGICO, ESTÉRIL, USO HOSPITALAR, SMS, MANGAS LONGAS, BOA FLEXIBILIDADE, TIRAS DE FIXAÇÃO RESISTENTES NO TÓRAX E PESCOÇO, PUNHOS DE MALHA, COSTURAS REFORÇADAS OU SELADAS, IMPERMEÁVEL, COM TIRAS INTERNAS NAS COSTAS E EXTERNAS NA CINTURA, FECHAMENTO EM TRANSPASSE LATERAL, DESCARTÁVEL EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, QUE APRESENTE LAUDO ANALÍTICO DE ACORDO COM A ABNT NBR 16064 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, REGISTRO NA ANVISA, TAMANHO G; AVENTAL DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM BARREIRA MICROBIANA, IMPERMEÁVEL, GRAMATURA MÍNIMA DE 20GR, DE ACORDO COM A ABNT 16693 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, EMBALAGENS INDIVIDUAIS OU COM ATÉ 10 UNIDADES CONTENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES NO RÓTULO, REGISTRO ANVISA.; CAMPO PARA MESA AUXILIAR EM SMS GRAMATURA DE 40 A 60G/M2 MEDINDO APROXIMADAMENTE 150 X 200 CM COM REFORÇO, MALEÁVEL, DOBRADURA ASSEPTICA, RESISTENTE A RASGO E TRAÇÃO, IMPERMEÁVEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, DE ACORDO COM A ABNT NBR 16064 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, REGISTRO NA ANVISA.) Processo nº. 33409.002400/2023-11. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**ALESP**

Troca de Nunes abrirá vaga para policial que fez escolta de Lula

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), deve nomear nos próximos dias o deputado estadual Rui Alves (Republicanos) para a Secretaria de Turismo no lugar de Rodolfo Marinho, atual titular do cargo.

A troca tem como objetivo abrir uma vaga para o policial federal Danilo Campetti, aliado do governador Tarcísio de Freitas, na Assembleia Legislativa (Alesp). Suplente do Republicanos, ele ganhará uma cadeira se um dos parlamentares da legenda se licenciar do mandato. É o que Alves fará ao ser indicado. O acordo foi costurado nos últimos dias e selado após a cúpula da legenda aceitar o pedido de Nunes para que Marinho ficasse como secretário executivo da pasta, para evitar a descontinuidade das ações em curso na área.

Agora, a secretária estadual de Esporte, Coronel Helena, que é a primeira suplente do Republicanos na Alesp, à frente apenas de Campetti, assumirá o cargo como parlamentar e pedirá licença logo em seguida, conforme combinado com Tarcísio.

O agente de carreira da PF batia ponto no Palácio dos Bandeirantes como assessor especial do governador até junho do ano passado, quando o Ministério da Justiça, ainda na gestão de Flávio Dino, cancelou sua cessão. A justificativa, na época, foi de que a corporação sofria com falta de efetivo devido à criação de novas diretorias.

Auxiliares de Tarcísio, no entanto, avaliam que o ato foi uma represália contra Campetti devido à sua participação na condução coercitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a operação Lava Jato e na escolta do petista a caminho do velório do neto, em 2019. A atuação do agente gerou revolta de integrantes do PT por ele ser um apoiador declarado de Jair Bolsonaro nas

redes sociais.

Durante a campanha a deputado estadual, Campetti divulgou ostensivamente sua participação na condução coercitiva de Lula. Atualmente, ele é alvo de um processo administrativo disciplinar dentro da PF que o investiga pela presença no tiroteio de Paraisópolis, em outubro de 2022, quando Tarcísio, então candidato, teve uma agenda de campanha interrompida por um confronto entre policiais e criminosos. A troca de tiros deixou um morto.

Campetti chegou a ser afastado da sua função na PF, mas depois foi recolocado. O processo ainda está em curso e pode resultar em demissão.

Desde sua saída do Bandeirantes, o governador busca uma forma de o abrigar na Alesp, devido ao risco de a PF demiti-lo. Tarcísio chegou a oferecer a Secretaria Estadual de Turismo ao deputado estadual de Esporte, Coronel Abduch, que recusou. Nas últimas semanas, interlocutores buscavam uma solução que garantisse o policial no Legislativo paulista, sem depender da eleição do líder do governo na Alesp, Jorge Wilson, o Xerife do Consumidor, que é candidato à prefeitura de Guarulhos. Se eleito, o parlamentar terá que se licenciar do cargo. Caso perca, ele se mantém e não abre espaço para suplentes.

A relação do governador com o policial começou ainda no governo de Jair Bolsonaro. Naquele período, ele teve funções no ministério da Agricultura sob comando da hoje senadora Teresa Cristina e, a partir de dezembro de 2021, no gabinete de Tarcísio, então ministro da Infraestrutura.

Campetti também é próximo de Bolsonaro, com quem conviveu durante a campanha de 2018, quando foi destacado para a equipe de segurança do ex-presidente. Foi um dos agentes que o socorreu após a facada em Juiz de Fora.

ARQUITETURA

Edifícios icônicos de Artacho Jurado levam cor ao centro de SP

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Cores vibrantes, elementos decorativos e ornamentais, mistura de estilos, espaços de convivência, muitas pastilhas e alguma dose de rebuscamento e exagero. Estas são algumas das características das obras de João Artacho Jurado (1907-1983), responsável pela construção de alguns dos edifícios mais conhecidos da capital paulista e que introduziu uma nova proposta estética e funcional à história da industrialização de São Paulo.

Criticado por seu exagero e por não ter uma base formal de estudo - ele nunca cursou engenharia ou arquitetura, Artacho foi responsável pela construção de alguns dos edifícios mais icônicos de São Paulo, como o Cinaderela, o Louvre, o Viadutos, o Bretagne e o Piauí. Além de compor a paisagem das regiões da Bela Vista e de Higienópolis, no centro da capital paulista, os prédios são utilizados como cenários de produções cinematográficas brasileiras. Sua obra também está na cidade de Santos, no litoral de São Paulo.

Artacho Jurado e seus edifícios são o tema da Ocupação Artacho Jurado, inaugurada ontem no Itaú Cultural, em São Paulo. Gratuita, a exposição apresenta 130 peças entre maquetes, desenhos originais, fotografias, vídeos, publicidade da época e documentos e ficará

em cartaz até o dia 15 de setembro. A curadoria é do antropólogo, curador, pesquisador e roteirista documental Guilherme Giuffrida, ao lado da curadora, arquiteta e pesquisadora Jéssica Varrichio e da equipe do Itaú Cultural. A exposição é de Juliana Godoy.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Nos anos 50, quando a cidade de São Paulo se industrializava e se verticalizava, a indústria pregava a padronização de elementos na construção civil, com linhas cinzas e retas. Mas os projetos de Artacho propunham um novo caminho e uma nova arquitetura, juntando o industrial ao artesanal.

Por meio de suas obras, a cidade de São Paulo começou a ganhar elementos mais festivos e coloridos, com uma mescla de texturas e formas. Outra inovação trazida por ele foi que seus prédios adotavam o uso de áreas comuns, para lazer e convívio.

"Artacho Jurado foi um homem muito interessante para a época que viveu porque tinha uma concepção mais ampliada do que poderia ser essa cidade na construção desses prédios que hoje são tão icônicos. Ele também foi um desafiador de cânones", disse Tânia Rodrigues, gerente da área de informação e difusão digital do Itaú Cultural.

ELEIÇÕES 2024

Ricardo Nunes anuncia acordo com União Brasil

SAMUEL LIMA E PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), garantiu ontem, que receberá o apoio do União Brasil na sua tentativa de reeleição em outubro - mesmo com a indicação do coronel da Polícia Militar (PM) Ricardo de Mello Araújo para vice na chapa pelo PL. O acerto teria sido avaliado pelo presidente nacional do partido, Antônio de Rueda, na casa do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite.

Aliados, contudo, divergem sobre os termos acordados, que podem envolver tanto um apoio ao deputado federal Elmar Nascimento (União-BA) na disputa para suceder Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara dos Deputados quanto a manutenção do partido no comando do Legislativo municipal de São Paulo.

"Está tudo 100% alinhado e ajustado. Não existe nenhum ruído", declarou o prefeito. "Escutei da boca do Milton Leite e do Rueda de que, se o PL fizer a indicação do coronel Mello, eles vão estar juntos". O *Estadão* procurou ambos os líderes do União Brasil para comentar o assunto, mas não teve resposta.

O União Brasil era um dos focos de resistência ao militar como número dois na chapa. A artilharia contra o nome vinha sendo feita publicamente por Leite, que desde o começo do ano vinha se colocando como um dos cotados ao posto. O vereador declarou esta semana que o coronel não agrega votos e não cumpre o requisito básico para a posição, no entendimento

do partido, que é dialogar com o eleitorado evangélico.

A notícia de que o União deseja o apoio à candidatura de Nascimento para o lugar de Lira foi divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O *Estadão* confirmou a informação. Segundo um interlocutor, a condição é que ao menos o MDB e o PL, que possuem 44 e 95 deputados, respectivamente, apoiem o deputado baiano. Em troca, o União Brasil retiraria a pré-candidatura a prefeito de Kim Katagui (União-SP) na capital paulista.

Outros partidos aliados de Nunes, como o PSD e o Republicanos, também têm candidatos a presidente da Câmara dos Deputados: Antônio Brito (PSD-BA), nome mais ligado ao governo, e Marcos Pereira (Republicanos-SP), este último presidente do partido do governador Tarcísio de Freitas e que participou do jantar no Palácio dos Bandeirantes na quarta-feira passada. "Não procede. Pelo menos isso não foi tratado no jantar", disse Pereira ao ser questionado sobre o pedido do União Brasil.

Nunes também negou que o apoio do União Brasil tenha sido condicionado a votos do PL em favor de Elmar Nascimento. "Zero. Sequer foi tratado desse assunto. Todo mundo sabe que o Marcos Pereira é candidato lá (na Câmara). Ele me disse 'prefeito, não dá para fazer essa conversa e não sei o quê'. E eu respondi: 'com certeza, isso não entrará em hipótese alguma na conversa' e não entrou. Até o União Brasil nem falou, mas, se falasse, eu não vou condicionar a ordenada do vice a nenhum tipo de acordo que não seja a gente poder trabalhar

pela cidade", afirmou o prefeito nesta manhã.

Já integrantes do PL em Brasília confirmam que ocorreram conversas para apoiar Nascimento, mas há dúvidas sobre a viabilidade do acerto diante da resistência dos deputados do partido a ele. Há quem interprete que nem mesmo uma ordem direta de Bolsonaro faria deputados ligados ao ex-presidente engolirem o cacique partidário do União, que é visto como um político que age com "truculência". Tarcísio falará com o ex-presidente por videoconferência ontem.

Parlamentares relataram ainda que o compromisso envolveria a garantia a Milton Leite que ele terá apoio para eleger um aliado como presidente da Câmara Municipal a partir de 2025. Neste caso, porém, há resistência da bancada paulistana do PL. "Eles querem apoio na Câmara dos Deputados e também já estão pensando na Câmara Municipal. Aí tem que saber quem vai se eleger como vereador, o tamanho da bancada que o União vai fazer. A eleição tem que ser construída. Se o PL fizer a maior bancada, o PL terá candidato a presidente", disse o vereador Isaac Félix (PL), líder do partido na Casa. "Ainda vai passar muita água debaixo dessa viaduto".

Há uma terceira versão nos bastidores, de que o acordo é exclusivamente municipal. O prefeito teria aceitado a continuidade do União Brasil no comando da Câmara Municipal de São Paulo, de forma a superar o entrave pelo coronel Mello. Milton Leite diz não ter a intenção de concorrer a um novo mandato e,

caso realmente não vá às urnas, cederia o lugar a um aliado na próxima legislatura, em 2025.

O vereador tem feito campanha para Silvano Azevedo, o "Silvano Leite", chefe de gabinete e presidente da escola de samba Estrela do Terceiro Milênio, e Silvano Ricardo Pereira dos Santos, o Silvinho, chefe de gabinete da subprefeitura de M'Boi Mirim, na zona sul da capital paulista. Milton Leite também tem demonstrado proximidade com o vereador Rubinho Nunes (União-Brasília), que atualmente é corregedor da Câmara Municipal.

Apesar do suspense mantido por Nunes, o nome do coronel Mello deve ser anunciado como vice por ele e o governador Tarcísio até esta sexta-feira. Os dois têm uma agenda conjunta no Jardim Ângela, para anúncio das obras do metrô. A definição foi feita durante o jantar no Palácio dos Bandeirantes, organizado por Tarcísio e com presença dos dirigentes partidários das 11 siglas da futura coligação - exceto o União Brasil, que ainda não embarcou oficialmente no grupo.

O apoio do partido a Nunes elimina de vez a pré-candidatura do deputado federal Kim Katagui (União-SP), que havia sido escolhido em uma espécie de "prévia" do Movimento Brasil Livre (MBL) e dependia de uma decisão mais ampla nas convenções partidárias, entre julho e agosto. Katagui não decolou nas pesquisas: marcou 4% no levantamento mais recente do Datafolha, empatado em quinto lugar com Marina Helena (Novo) e atrás dos recém apresentados José Luiz Datena (PSDB) e Pablo Marçal (PRTB).

DESEMBARGADOR

PF faz 'Operação Churrascada' contra venda de sentenças no TJ

PEPITA ORTEGA E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal em São Paulo vasculhou endereços na capital paulista e em cidades do interior do Estado ontem, para apurar a suposta venda de decisões judiciais por parte do desembargador Ivo de Almeida, de 66 anos (37 de carreira), presidente da 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo. A residência do magistrado e seu gabinete na Rua Conselheiro Furtado (centro de São Paulo) foram alvo de buscas. O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça, relator da "Churrascada", decretou o afastamento cautelar do desembargador de suas funções por um ano.

Advogados da região de Ribeirão Preto e Taboão da Serra, entre eles Luiz Pires Moraes Neto, também constam como investigados. Og Fernandes impôs aos investigados, inclusive o desembargador, a proibição de manter contato com outros alvos da ofensiva. Alguns dos investigados também foram proibidos de entrarem no Tribunal de Justiça de São Paulo.

A ofensiva foi batizada Churrascada, em razão de os investigados usarem o termo "churrasco" para se referir ao dia do plantão do magistrado no TJSP. A reporta-

gem entrou em contato com o gabinete do desembargador e a assessoria da Corte paulista, mas não obteve retorno até a publicação deste texto. O espaço está aberto para manifestações.

Ontem de manhã, 80 policiais foram às ruas para cumprir 17 ordens de busca e apreensão. As diligências foram ordenadas pelo ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça.

Ivo de Almeida foi alçado ao cargo de desembargador em 2013. Ele ingressou na magistratura em 1987, tendo atuado em varas de Bauru, São Bernardo do Campo, Cananéia e Registro. Na capital, atuou na 2ª Vara Criminal e no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional de Santana. Foi juiz corregedor do Carandiru em 1992, quando houve o massacre que deixou 111 mortos.

OPERAÇÃO CONTÁGIO

Segundo a PF, a ofensiva é um desdobramento da Operação Contágio, aberta em 2021. Um dos alvos da Operação Churrascada, Wellington Pires da Silva, foi indiciado no bojo da Contágio, em 2021, por supostos crimes de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Tal investigação mirou desvio de recursos da Saúde por meio de

uma organização social que fechou contratos de mais de R\$ 300 milhões com os municípios paulistas de Embu das Artes, Itapeccira da Serra, Hortolândia, São Vicente e Cajamar.

Os investigadores estimam que mais de R\$ 40 milhões foram desviados pelo esquema desbaratado na Contágio. A Polícia Federal indiciou 27 investigados na esteira da operação.

O relatório final do caso, de mais de 200 páginas, detalhou os passos da investigação que durou quase dois anos, ouviu mais de 40 pessoas e contou com duas etapas ostensivas - realizadas em abril e maio de 2021, com cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão.

ROUBO E ESTELIONATO

Três dos investigados da Operação Churrascada constam como partes de um habeas corpus e de uma apelação criminal julgadas pelo TJSP em 2019, sob relatoria do desembargador Ivo de Almeida.

O habeas corpus foi impetrado pelo advogado Luiz Pires Moraes Neto em benefício de Adormevil Vieira Santana. Este, junto com Sérgio Armando Audi, foi condenado pela 21ª Vara Criminal de São Paulo a sete anos de reclusão, em regime fechado, por roubo

agravado e estelionato, sem direito de recorrer em liberdade.

As condenações foram motivadas por dois episódios: a "indução a erro" de uma vítima da qual a dupla "comprova" uma filmadora da marca Sony de R\$ 14,5 mil, com a simulação de depósito bancário; o roubo de um drone de R\$ 3 mil, "mediante grave ameaça exercida com a simulação do uso de arma de fogo".

A defesa alegava excessiva demora na análise do recurso impetrado contra a condenação, pedindo a liberação de Adormevil. Nos termos do voto de Ivo de Almeida, a 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo negou a ordem, sob o argumento de que analisaria a apelação da defesa.

Meses depois, o mesmo colegiado acolheu parcialmente o recurso da defesa e alterou o regime inicial de cumprimento de pena de Adormevil e Sérgio Audi para o semiaberto. O relator Ivo de Almeida entendeu que era cabível abrandar o regime de cumprimento de pena, "apesar da reincidência dos réus, considerando a quantidade da pena imposta e a restituição dos bens às vítimas".

A defesa posteriormente recorreu da decisão ao Superior Tribunal de Justiça.

Nota**TAXISTAS E MOTORISTAS IRREGULARES TROCAM AGRESSÕES NO AEROPORTO DE GUARULHOS**

A área de desembarque do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo, foi palco de uma briga generalizada entre taxistas credenciados e motoristas irregulares, que disputam passageiros no local. imagens gravadas por uma testemunha - alguns trocaram agressões, mas a maior parte dos presentes tentou apartar. A briga ocorreu na noite de terça-feira passada, e se dispersou com a chegada da polícia. Os atritos entre taxistas e motoristas irregulares são antigos. Somente profissionais

credenciados pela cooperativa Guarucoop podem trabalhar no local, mas é comum que "arrastadores" abordem passageiros para oferecer o transporte clandestino, negociando os valores na hora. Procurada, a concessionária GRU Airport disse que "alerta aos frequentadores e passageiros quanto aos riscos do uso de transporte clandestino por meio de sinalização e avisos sonoros nas áreas públicas dos terminais". Embora o transporte por aplicativos seja permitido, motoristas não podem abordar pessoas nem estacionar na área. Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), não houve registro de boletim de ocorrência por causa da briga.

PORTE DE DROGAS

Toffoli abre divergência e julgamento fica indefinido

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) segue a um voto de reconhecer que o porte de maconha para consumo próprio não é crime. Os ministros também debatem critérios objetivos para diferenciar usuários e traficantes. O julgamento será retomado na próxima terça-feira.

A Lei de Drogas não pune o porte com pena de prisão. Por isso, cinco ministros consideram que esse não é um delito criminal, mas um ilícito administrativo. Votaram a favor da descriminalização os ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Até o momento, prevalece posição de que a dependência é um problema de saúde pública

e que os usuários não devem ser tratados como criminosos.

A pena para os usuários deve permanecer a mesma prevista na legislação - advertência sobre os efeitos das drogas e participação em programas ou cursos educativos. Os ministros ainda vão decidir se mantêm ou não a prestação de serviços comunitários.

O ministro Dias Toffoli foi o único a se manifestar ontem, e abriu uma divergência parcial. O voto foi para manter a legislação como está, com a ressalva de que, na avaliação dele, ela já não criminaliza o usuário.

Cármen Lúcia e Luiz Fux vão definir o placar. Eles são os únicos que ainda não votaram.

CRITÉRIOS

A segunda etapa do julgamento gira em torno da quanti-

dade de droga que deve ser usada como parâmetro para distinguir o consumidor do traficante. As propostas apresentadas até o momento vão de 25 a 60 gramas. Uma terceira corrente no STF defende a abertura de prazo para o Congresso e o Executivo estabelecerem um limite.

Esse é um ponto central porque, na avaliação dos ministros, vai ajudar a uniformizar sentenças e a evitar abordagens preconceituosas. Estudos citados no plenário mostram que negros são condenados como traficantes com quantidades menores do que brancos. O grau de escolaridade também gera distorções nas condenações - a tolerância é maior com os mais escolarizados.

"A quantidade vem sendo utilizada, lamentavelmente, co-

mo uma forma de discriminação social", criticou Alexandre de Moraes.

CRISE

O julgamento aprofundou a animosidade entre o STF e o Congresso. A bancada evangélica reagiu em peso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também chegou a se manifestar publicamente contra a interferência do Judiciário. Ele defende que a regulação das drogas cabe ao Legislativo e não deveria estar sendo discutida pelo Supremo.

Deputados e senadores debatem uma proposta de Rodrigo Pacheco para driblar o STF e incluir na Constituição a criminalização do porte de drogas, independente da quantidade. Uma comissão especial será criada para debater o texto.

ASILO

Governo da Argentina identifica foragidos do 8 de Janeiro no país

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Ministério das Relações Exteriores recebeu do governo da Argentina uma lista com nomes de brasileiros que cumpriam medidas cautelares por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e estão foragidos no país vizinho. O documento foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), na última terça-feira, que foi quem solicitou ao Itamaraty que fizesse a consulta ao governo argentino.

Os trâmites para uma eventual extradição para o Brasil dependem de pedido formal pelo Judiciário e são de responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública. No que diz respeito à cooperação jurídica internacional, o Itamaraty atua de forma auxiliar na tramitação de documentos.

No início deste mês, a Polícia Federal (PF) realizou operação para cumprir mandados de prisão de centenas de investigados por envolvimento na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes. Os alvos são pessoas foragidas ou que descumpriram medidas cautelares determinadas pelo

STF, inclusive aqueles que romperam tornezeiras eletrônicas e fugiram para países como a Argentina e Uruguai. Condenados a penas superiores a dez anos de prisão, eles recorrem em liberdade das condenações.

Pelo menos 50 pessoas foram presas até o dia seguinte à operação e a PF segue trabalhando para localização e captura de outros 159 condenados ou investigados considerados foragidos. As diligências fazem parte da Operação Lesa Pátria, que desde o ano passado apura quem são os responsáveis e os executores dos ataques e já teve 28 fases, a última deflagrada ontem.

"Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido. As investigações continuam em curso, e a Operação Lesa Pátria é permanente, com atualizações periódicas acerca do número de mandados cumpridos e pessoas capturadas", informou a PF.

AMAPÁ

Deputada cassada usou dinheiro público em tratamento estético

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) cassou, por unanimidade, o mandato da deputada federal Sílvia Waiãpi (PL-AP) por uso de verba pública de campanha eleitoral para procedimento estético durante as eleições de 2022.

Na sessão plenária, os desembargadores e juízes citaram "provas robustas", rejeitaram a prestação de contas da parlamentar e acataram solicitação do Ministério Público Eleitoral (MPE), que pedia a cassação.

De acordo com a ação, a deputada usou verba pública des-

tinada à campanha eleitoral para realizar uma harmonização em 2022, quando foi eleita para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Durante a sessão no TRE-AP, foi apresentado o depoimento de cirurgião-dentista que confirma ter realizado o procedimento e recebido pagamento da deputada. O MPE também apresentou recibos no valor total de R\$ 9 mil.

Em vídeo encaminhado à Agência Brasil, Sílvia Waiãpi disse que não foi intimada pelo TRE para se defender e recebeu a notícia da cassação pela imprensa. Segundo ela, o próprio

TRE já havia aprovado suas contas de campanha em 2022, o que permitiu a sua diplomação.

A deputada garante que não realizou procedimentos com o cirurgião-dentista e que o recibo apresentado por sua ex-coordenadora de campanha é falso. "Ela pegou um recibo que diz que foram feitos tratamentos dentários, mas eu não fiz tratamento dentário nem harmonização facial. Então, é um recibo falso que ela foi pegar em meu nome sem sequer eu saber que ela estava indo lá. E não houve saída de dinheiro da minha conta, nem pessoal nem da conta de campanha para es-

se dentista", diz.

Sílvia Waiãpi, de nome civil Sílvia Nobre Lopes, tem 48 anos e é natural de Macapá. Nas redes sociais, ela se declara mãe, avó, indígena, militar e republicana conservadora. Graduada em fisioterapia, a parlamentar comandou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) no governo de Jair Bolsonaro.

Em 2023, o nome da deputada foi incluído em inquérito que apura os atos que resultaram na invasão do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) em 8 de janeiro de 2023.

PERNAMBUCO

Ex-tesoureiro de campanha de Campos vira réu por propinas

PEPITA ORTEGA/AE

O juiz Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho, da 13ª Vara Federal de Pernambuco, colocou no banco dos réus por suposta corrupção passiva Renato Xavier Thiebaut, ex-chefe do Gabinete de Projetos Estratégicos de Pernambuco (2015-2022) do governo Paulo Câmara - atual presidente do Banco do Nordeste. Segundo a Procuradoria da República, Thiebaut teria recebido propinas de empresários entre 2017 e 2020 em troca de favorecimento em contratos da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e das secretarias de Saúde e Educação do Estado.

Na denúncia, o Ministério Público Federal destacou o "papel de articulador" desempenhado por Thiebaut entre o governo de Pernambuco e seus fornecedores. A Procuradoria citou os cargos públicos por ele desempenhados, lembrando de sua atuação como coordenador da campanha de Paulo Câmara ao governo do Estado em 2014, como responsável financeiro da campanha eleitoral de Eduardo Campos à Presidência em 2014 e como tesoureiro da campanha de João Campos à Prefeitura de Recife.

A decisão judicial, assinada no último dia 11, também atinge os empresários acusados de pagamento de propinas ao ex-brasão direito de Câmara: Luciano Cyreno Ferraz, dono uma empresa de terraplanagem e uma construtora, e Sebastião Figueiroa de Siqueira, que seria o dono de fato de grupo econômico integrado por uma gráfica, uma editora e uma empresa de serviços de

informática.

A avaliação do juiz César Arthur Cavalcanti de Carvalho é a de que 'há provas de materialidade delitiva e indícios de autoria', considerando os relatórios sobre diligências executadas no bojo da investigação e demais elementos do inquérito policial.

Segundo o Ministério Público Federal, uma propina paga a Thiebaut envolveria um apartamento em Boa Viagem, no Recife, de 130 m² com vista para o mar. O imóvel foi adquirido por R\$ 1,5 milhão, em 2017, por Sebastião, e depois reformado pela empresa de Luciano. A investigação diz que Thiebaut alugou o apartamento durante três anos por R\$ 2 mil. Em 2021, o contrato foi renovado, com aluguel mensal de R\$ 3,8 mil.

A Procuradoria aponta 'transação criminosa' e narra que o apartamento teria sido comprado intencionalmente com o 'intuito escuso de oferecer moradia' ao ex-chefe do Gabinete de Projetos Estratégicos de Pernambuco. Segundo a Procuradoria, o aluguel pago por Thiebaut era 'incompatível com o praticado no mercado' e deveria custar ao menos R\$ 5 mil.

O MPF sustenta ainda que Luciano teria arcado, indiretamente, com a reforma da casa de Thiebaut em Gravatá. As obras se estenderam de janeiro a março de 2019 ao custo de R\$ 113.827,74. Durante a reforma, o empresário teria fechado contratos com a Compesa e executado 'informalmente' a construção da primeira etapa do Hospital Geral Governador Eduardo Campos em Serra Talhada.

FUNDO ELEITORAL

TSE entende que legendas podem usar 'Fundão' para comprar imóveis

LETÍCIA NAOME/AE

As legendas podem utilizar o Fundo Partidário para comprar imóveis em leilões, entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ontem, por unanimidade. No entanto, há a condição de que o valor arrematado em leilão não supere o valor de mercado do imóvel.

O entendimento do TSE, de acordo com nota divulgada no si-

te da instituição, ocorre após uma consulta feita pelo diretório nacional do partido Republicanos.

Segundo o relator do processo, ministro Raul Araújo, a possibilidade está prevista na legislação e se encontra no artigo 44 da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95).

"A legislação permite a compra e a locação de bens móveis e imóveis com a utilização do Fundo Partidário", afirmou o mi-

nistro, na nota. "É importante ressaltar que, no caso em análise, o valor de arrematação no leilão não pode ultrapassar o valor de mercado da respectiva avaliação do imóvel", continuou.

FINANCIAMENTO

Já a possibilidade de comprar o imóvel por meio de financiamento firmado com instituição financeira foi vetada pelo relator. Conforme Araújo, o recebi-

mento dos recursos do Fundo Partidário tem "natureza temporária".

Nesse sentido, "uma vez que, caso a agremiação deixe de ter acesso ao Fundo Partidário, o empréstimo deveria ser quitado pelo partido com recursos próprios, o que é vedado pela legislação", disse o ministro. A Lei não permite a aquisição do imóvel com a combinação de verbas públicas e privadas, aponta a nota.

FAKE NEWS

Moraes arquiva inquérito sobre ataques contra Projeto de Lei

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem o arquivamento do inquérito aberto no ano passado para investigar postagens de empresas que operam redes sociais contra o Projeto de Lei das Fake News (PL 2.630/20), em discussão no Congresso Nacional.

O ministro seguiu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR). Na manifestação, a procuradora avalia que não há provas suficientes para justificar a abertura de um processo criminal contra o Telegram e o Google.

TJDFT

TCU quer suspender diárias a juízes que moram em Brasília

GUILHERME NALDIS/AE

Os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) pediram a suspensão do pagamento das diárias de deslocamento para juízes de Brasília que já moram na capital federal, como revelou o Estadão. Os penduricalhos adicionam R\$ 10.653,50 aos rendimentos mensais de cinco magistrados - que recebem salários de mais de R\$ 40 mil líquidos em seu tribunal de origem, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Os juízes do TJDFT são, também, instrutores do STF. Originalmente, o dinheiro extra era

destinado a cobrir os custos dos profissionais que precisam sair de seus Estados para trabalhar na capital. No entanto, o benefício foi estendido aos magistrados que já moravam na capital.

O novo pedido do TCU depende da aprovação do ministro Aroldo Cedraz, relator do caso, para suspender o penduricalho. Também cabe a Cedraz solicitar uma explicação ao STF sobre o benefício extra.

Segundo o próprio tribunal, o pagamento desse dinheiro apresenta "considerável risco, alta materialidade e relevância, com necessidade de atuação direta do tribunal no caso".

Na terça-feira passada, 11, o partido Novo e o Ministério Público entraram com representações no TCU pedindo para que os juízes beneficiários do penduricalho tenham que devolver o dinheiro recebido ao erário, além da abertura de uma investigação de possíveis irregularidades.

Dois dos envolvidos no caso atuam no gabinete do ministro Edson Fachin, dois com o ministro Cristiano Zanin e um quinto com o ministro Gilmar Mendes - até 23 de maio, Mendes tinha outro juiz instrutor na mesma situação, mas ele já deixou o STF.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodacionista.com.br

**Fogo**

Parque de Itatiaia tem 300 hectares atingidos por incêndio

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

O incêndio do Parque Nacional do Itatiaia (PNI), que começou na última sexta-feira já atingiu uma área de 300 hectares. A estimativa anterior foi de 200 hectares atingidos, mas, segundo o gestor do parque, Felipe Mendonça, a nova avaliação não significa aumento da área queimada. O que ocorreu é que foi possível fazer uma análise mais apurada dos dados de mapeamento e avaliação de imagens, o que não tinha ocorrido até agora.

“Até então, não tínhamos os meios eficientes para medir. Não quer dizer que ampliou a área. É que agora as imagens de satélite estão mostrando que, na verdade, estamos falando de uma área afetada de 300 hectares. Mas não quer dizer que aumentaram 100 hectares de ontem para hoje. É só uma questão de medição, de uma aferição um pouco mais precisa”, revelou o gestor, em entrevista à Agência Brasil.

“Fizemos uma atualização com relação ao perímetro da área afetada pelo incêndio a partir de imagens de satélites do dia 19 de junho. Os 200 hectares foram estimados durante a operação, com informações de campo dos locais, sem medição, e 300 hectares é uma medição mais precisa. Essas imagens só saem a cada 5 dias, a outra era do dia 14, antes do início do incêndio”, completou.

De acordo com o gestor, nesta quinta-feira, 25 brigadistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) estão no local fazendo o trabalho de rescaldo, principalmente, na Parte Alta onde o fogo começou e é uma região de difícil acesso.

“A área incendiada não ampliou, mas é um fogo persistente que, se a gente deixar se extinguir sozinho, pode ganhar corpo e avançar dependendo do vento”, disse.

“Estamos em trabalho de rescaldo de toda a área queimada para que o fogo não volte. No momento, temos pontos ativos nas áreas de encosta de difícil acesso. Este é o nosso cenário atual”, informou.

Além disso, os brigadistas estão abrindo aceiros. Eles retiram a vegetação e cavam valas de 5 a 7 metros para o fogo não avançar naquela área. Felipe Mendonça informou que o método é aplicado como forma de prevenção para evitar que possa haver propagação de algum ponto de calor.

“Essa é uma medida de prevenção para o incêndio não se

alastar e pode ser tomada antes da chegada do fogo. Nós temos vários aceiros no parque, mas quando está no combate, e o fogo passou, aí se faz uma linha de defesa, limpando a área para o fogo não passar dali. É uma proteção mesmo.”

O uso de sopradores pelos brigadistas tem sido um auxílio fundamental no combate. “Isso tem um papel muito importante, porque contribui para apagar o fogo”.

SEM VISITAS

Por questão de segurança dos visitantes e das equipes envolvidas na operação de controle do incêndio, a visita à Parte Alta do parque continuarão suspensas até o próximo domingo. Neste dia, haverá uma nova avaliação dos trabalhos para decidir se o local pode voltar a ser aberto ao público.

TEMPERATURA

A região do Parque costuma registrar as temperaturas mais baixas do país. Ontem, foi registrado mais um recorde de temperatura negativa no Brasil no ano de 2024, com -11,8°C. Conforme a gestão do PNI, o registro foi feito na estação meteorológica próxima à nascente do Rio Campo Belo. “Também nesta área está situado o Pico das Agulhas Negras, ponto mais alto do estado e o quinto mais alto do Brasil”, destacou Mendonça.

INCÊNDIOS

Antes deste incêndio, que começou no dia 14 de junho, o Parque Nacional do Itatiaia já tinha sido atingido por outros. O maior da história foi em 1963, que durou 35 dias de fogo e consumiu 4 mil hectares. Em 1988, o fogo destruiu 3.100 hectares e um servidor ficou desaparecido.

Em 2001, o incêndio, provocado por dois turistas que se perderam e fizeram uma fogueira, acabou com mais de 1 mil hectares. A mesma área foi atingida pelo fogo em 2007 e três anos depois foram destruídos 1.200 hectares.

Com relação do incêndio atual, depois de receber diversas representações, o Ministério Público Federal (MPF) está investigando o ocorrido tanto na esfera criminal como na área cível.

O Parque Nacional do Itatiaia, que é o primeiro do Brasil, completou 87 anos justamente no dia em que começou este incêndio. “O parque protege uma parte importante da Mata Atlântica, na Serra da Mantiqueira, abrangendo o sul fluminense e sul de Minas, e recebe cerca de 150 mil visitantes por ano”, informou o gestor.

ESCOLA

RJ entrega unidade da Faetec em Rio Bonito

A Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação inaugurou mais uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), nesta semana. Desta vez, o município contemplado foi Rio Bonito, localizado na região Metropolitana do Rio de Janeiro. A unidade, que funcionará em turno integral, vai oferecer 150 vagas para os cursos em diversas áreas.

“É com grande satisfação, que entregamos um equipamento que é da população de Rio Bonito. Desde 2020 estamos fazendo entregas importantes de unidades de qualificação técnica profissionalizantes em regiões que anteriormente não eram escolhidas. Ninguém nunca olhou tanto para a Região Metropolitana e o interior do Estado e destinou recursos

como o governador Claudio Castro tem feito”, destacou o secretário de Ciência e Tecnologia e Inovação, Anderson Moraes, ao lado da presidente da Faetec, Caroline Alves, e o vice-presidente, Sérgio Costenplate.

As oportunidades de qualificação são para Assistente Administrativo, Assistente de Logística, Inglês Iniciante e Operador de Computador.

A Cidade de Rio Bonito também ganhou laboratórios científicos direcionados a aulas de ciências, física, química e biologia para jovens do 8º e 9º ano do ensino fundamental. Os laboratórios serão utilizados pra atender as necessidades dos alunos nas aulas práticas, proporcionando a vivência na prática daquilo que eles aprendem nas salas de aula.

GUERRA NO ORIENTE

Por armas dos EUA, Netanyahu ignora ataques da Casa Branca

O primeiro-ministro e genocida israelense, Benjamin Netanyahu, descreveu as declarações da Casa Branca relativamente às suas alegações de que os EUA estão atrasando as entregas de armas a Israel como “ataques pessoais”, mas disse que suportaria estes ataques desde que Israel recebesse as munições.

Ontem, o porta-voz de segurança nacional da Casa Branca, John Kirby, disse que os EUA estão “perplexos” com as alegações do genocida Netanyahu no início desta semana de que os EUA estavam atrasando a entrega de armas e criando gargalos. Kirby disse que essas afirmações estavam incorretas.

o genocida Netanyahu, em um comunicado divulgado pelo seu gabinete, disse: “Estou pronto para sofrer ataques pessoais desde que Israel receba dos Estados Unidos a munição de que necessita na guerra para a sua existência”. O israelense tem enfrentado problemas po-

líticos internos crescentes, e analistas disseram que seus comentários na terça-feira passada, sobre atrasos na entrega de armas provavelmente visavam reforçar o apoio entre sua base de direita em Israel e os apoiadores do país nos EUA, e não pareciam indicar escassez real de armas.

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse na terça-feira que a única pausa nas entregas de armas estava relacionada a certas bombas pesa-

das desde maio. O presidente dos EUA, Joe Biden, atrasou o envio das bombas de 2.000 libras devido às preocupações com a morte de civis em Gaza por Israel. No entanto, a administração não mediu esforços para evitar qualquer sugestão de que as forças israelenses tenham ultrapassado uma linha vermelha no aprofundamento da operação na cidade de Rafah, no sul, o que desencadearia uma proibição mais abrangente de transferências de armas.

ÍNDIA

34 morrem e 80 são hospitalizados por ingestão de bebida adulterada

MARCOS FURTADO/AE

O consumo de bebida alcoólica adulterada matou ao menos 34 pessoas e deixou mais de 80 hospitalizadas no estado de Tamil Nadu, no sul da Índia, na última terça-feira. As autoridades afirmam que o número de mortes ainda pode aumentar.

De acordo com o ministro-chefe de Tamil Nadu, M. K. Stalin, as vítimas ingeriram bebida alcoólica misturada com meta-

no, substância às vezes usada como anticongelante. Contrabandistas teriam vendido a mistura contendo metanol em pacotes por meio de um vendedor local, segundo o site The News Minute. A mistura teria o objetivo de aumentar a força da bebida - mesmo ingerido em pequenas quantidades, o metanol pode causar cegueira, danos ao fígado e morte, diz a emissora britânica.

O governante afirmou que

quatro pessoas relacionadas com a venda da bebida foram presas. Ele também disse que policiais e agentes locais estão sendo punidos por negligência. “Em conexão com este incidente, foram tomadas medidas imediatas contra os agentes da polícia e o chefe do distrito foi transferido”, diz em nota.

M. K. Stalin também anunciou indenizações de 1 milhão de rúpias indianas (cerca de R\$ 65 mil) para as famílias das víti-

mas fatais e de 50 mil rúpias indianas (R\$ 3,2 mil) para aqueles que foram hospitalizados.

A Índia tem um histórico de mortes por intoxicação devido a adulteração de bebidas. Em dezembro de 2022, pelo menos 37 pessoas morreram após consumirem álcool falsificado. Em 2019, mais de 100 pessoas morreram por conta de bebida falsificada nos estados indianos de Uttarkhand e Uttar Pradesh.

MÉXICO

Presidenta eleita anuncia parte do gabinete, com Ebrard na Economia

A presidente eleita do México, Claudia Sheinbaum, anunciou ontem, os seis primeiros membros da equipe de governo que a acompanhará a partir de 1º de outubro, quando toma posse. Ela informou em entrevista coletiva que o ex-ministro das Relações Exteriores Marcelo Ebrard será o novo secretário da Economia, enquanto o das Relações Exteriores será Juan Ramón de la Fuente, este atualmente o encarregado de coordenar a equipe de transição do governo.

O comando da secretaria do Meio Ambiente estará com a atual secretária das Relações Exteriores, Alicia Bárcena, e na de Ciências estará Rosaura Ruiz. Já Julio Berdegué será secretário da Agricultura.

A designação de De la Fuente, que até setembro era embaixador do México na Organização das Nações Unidas, era esperada nas últimas semanas, após o também ex-reitor da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) ter acompanha-

do Sheinbaum em reuniões diplomáticas ante a comitiva enviada pelo presidente americano, Joe Biden. De la Fuente, de 72 anos, é psiquiatra e acadêmico e ocupou a secretaria de Saúde no governo de Ernesto Zedillo (1994-2000).

Ebrard, de 64 anos, comandou até meados do ano passado as Relações Exteriores do governo de Andrés Manuel López Obrador, onde esteve por cinco anos. Deixou o cargo para competir no processo do partido go-

vernista Morena pelo posto de candidato à presidência, levado por Sheinbaum. O novo secretário de Economia foi também prefeito da Cidade do México entre 2006 e 2012. Após perder a disputa interna, Ebrard se distanciou por um tempo de Sheinbaum e denunciou irregularidades na escolha do candidato do partido, mas depois se incorporou à equipe de campanha e se postulou como candidato a senador, posto que ganhou na disputa de 2 de junho.

CLIMA

Três pessoas morrem no México em meio à tempestade tropical Alberto

MARCOS FURTADO/AE

Três pessoas morreram após a costa do México ser atingida pela tempestade tropical Alberto. A tempestade, que também ameaça o sul do Texas, nos Estados Unidos, marca o início da temporada de furacões no Atlântico Norte neste ano. As informações são da BBC.

Autoridades no México informaram que as três mortes ocorreram no estado de Nuevo León, no norte do país. Pelo menos

duas das vítimas eram menores de idade. Do outro lado da fronteira, no Texas, foi emitido um aviso de desastre.

De acordo com o Centro Nacional de Furacões dos Estados Unidos, a tempestade pode causar inundações e ventania nas costas dos dois países. Meteorologistas do órgão esperam que a tempestade caia no território mexicano até o fim desta quinta-feira, sem atingir diretamente os EUA. O governo de Nuevo León suspendeu temporariamente os

serviços de transporte público e escolas foram fechadas no estado de Tamaulipas.

Mesmo a centenas de quilômetros da costa norte-americana, a tempestade tem levado chuvas significativas ao Texas. Na cidade de Southside, próxima de Houston, a chuva fez moradores deixarem suas casas, segundo informações da CBS News.

O governador do Texas, Greg Abbott, emitiu uma declaração de desastre por causa das chuvas. “Certifico que a tempestade

tropical Alberto representa uma ameaça de desastre, incluindo danos materiais generalizados e graves, ferimentos e perda de vidas”, afirmou em nota.

A temporada de furacões do Atlântico Norte vai de junho a novembro. Neste ano pode haver até sete grandes furacões, de acordo com alerta da agência meteorológica dos EUA. A estimativa é mais do que o dobro do número de episódios do fenômeno que normalmente atinge a região.

Nota

COREIA DO SUL PODE FORNECER ARMAS À UCRÂNIA APÓS ACORDO ENTRE RÚSSIA E COREIA DO NORTE

O governo da Coreia do Sul afirmou ontem, que considera enviar armas para a Ucrânia após a Rússia e a Coreia do Norte assinarem um acordo de segurança. O gabinete do presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol, condenou o pacto e alertou que teria consequências negativas nas relações entre Seul e Moscou. O pacto entre a Rússia e a Coreia do Norte marca uma mudança política no leste asiático ao estabelecer a garantia de defesa mútua em caso de guerra. “É absurdo que duas partes com um histórico de lançar guerras de

invasão - a Guerra da Coreia e a guerra na Ucrânia - agora prometam cooperação militar mútua com base na premissa de um ataque preventivo por parte da comunidade internacional que nunca acontecerá”, disse o gabinete de Yoon. Segundo observadores, o acordo também é a aproximação mais relevante entre os dois países desde o fim da Guerra Fria e reabre a discussão sul-coreana sobre enviar armas à Ucrânia. Seul, um crescente exportador de armas com um Exército bem equipado com apoio dos EUA, havia considerado essa possibilidade no passado, mas a ideia não se materializou por uma política antiga de não fornecer armas a países envolvidos em conflitos ativos.